

Notícias do dia 11 de novembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Sessão nesta 5ª-feira será às 10h..... 3

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO

Sessão nesta 5ª-feira será às 10h..... 5

IRBCONTAS - NOTÍCIAS
TCE - GO

2º Dia do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas - II Citc.....7

Sessão nesta 5ª-feira será às 10h

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta quinta-feira, 11, a última sessão ordinária da segunda semana de novembro. Na pauta de votação constam 85 processos legislativos aptos à apreciação. Em razão do feriado nacional que se aproxima (Proclamação da República, na segunda-feira, 15 de novembro), os deputados vão se reunir hoje para apreciar as matérias, excepcionalmente, a partir das 10 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 16 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 43 em fase de primeira apreciação e 22 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio, oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as duas propostas da Governadoria. A primeira dessas é referente ao projeto de lei nº 8120/21, que visa instituir medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos relacionados aos créditos tributários e não tributários constituídos em favor da **Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR)**.

A nova norma, que possui vigência temporária, tem como objetivo criar programa de recuperação de créditos tributários e não tributários para assegurar a sustentabilidade da arrecadação da **AGR**. A medida visa garantir, ainda, a efetividade dos meios de cobrança, bem como possibilitar a regularização do passivo fiscal pelos devedores.

A iniciativa se dá em decorrência do impacto ocasionado pela pandemia de covid-19 sobre todos os setores, especialmente os do transporte e do turismo, que tiveram afetados o equilíbrio financeiro. "Tal fato provocou substancial queda na arrecadação da **AGR** e, conseqüentemente, o aumento da inadimplência dos seus créditos a receber", frisa o segundo parágrafo da proposição.

As medidas deverão abranger o crédito tributário, cujo valor atualizado até a data da adesão for igual ou

inferior a R\$ 25,5 mil, e o não tributário, de qualquer valor, correspondentes ao fato gerador ou à prática da infração ocorrida até a data da publicação do ato normativo. Como parâmetro, a proposta pontua que **AGR** utilizou a previsão da alínea "a" do inciso I do art. 2º da Lei nº 16.0771, de 11 de julho de 2007, que diz ser facultativa a cobrança judicial dos créditos da Fazenda Pública estadual inscritos em dívida ativa, cujo montante seja igual ou inferior a R\$ 25,5 mil.

Nesse contexto, compreenderão para os não tributários: redução em 100% do valor dos juros de mora; redução de até 98% do valor de multa moratória e atualização monetária; redução de 30% do valor das multas formais; e pagamento à vista ou parcelado dos débitos remanescentes. Já para os créditos tributários, as propostas são a redução de 100% do valor dos juros de mora, redução de até 98% do valor da multa moratória e atualização monetária e possibilidade de pagamento à vista ou parcelado.

O impacto total relativo à despesa do processo perfaz o montante estimado de R\$ 56.693.073,63, sendo o valor de R\$ 4.361.005,68 para o exercício 2021, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2022, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2023 e R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2024.

Regularização de parques

Já o projeto de lei nº 8279/21, que também pode ser votado em definitivo hoje, autoriza a abertura de crédito especial até o valor de R\$ 9.986.445,85 ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema). O recurso é destinado à regularização fundiária dos parques estaduais de Terra Ronca (PETeR), dos Pireneus (PEPi) e da Serra de Jaraguá (PESJ).

O objetivo da propositura é suportar as despesas referentes à aquisição de terras desapropriadas nos referidos parques estaduais. Em justificativa à iniciativa, a Secretaria de Estado da Economia informou que a regularização fundiária faz parte dos procedimentos necessários à implementação dos parques estaduais, conforme o parágrafo 1º do artigo 111 da Lei Estadual nº 14.247, de 29 de julho de 2002, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de **Goiás**.

A pasta ressaltou, ainda, que os recursos a serem utilizados para a aquisição de terras são provenientes de compensação ambiental, nos termos permissivos do artigo 352 da Lei Estadual nº 14.247, de 2002.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 11, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/sessao-nesta-5a-feira-sera-as-10h/>

Sessão nesta 5ª-feira será às 10h

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta quinta-feira, 11, a última sessão ordinária da segunda semana de novembro. Na pauta de votação constam 85 processos legislativos aptos à apreciação. Em razão do feriado nacional que se aproxima (Proclamação da República, na segunda-feira, 15 de novembro), os deputados vão se reunir hoje para apreciar as matérias, excepcionalmente, a partir das 10 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 16 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 43 em fase de primeira apreciação e 22 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio, oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as duas propostas da Governadoria. A primeira dessas é referente ao projeto de lei nº 8120/21, que visa instituir medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos relacionados aos créditos tributários e não tributários constituídos em favor da **Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR)**.

A nova norma, que possui vigência temporária, tem como objetivo criar programa de recuperação de créditos tributários e não tributários para assegurar a sustentabilidade da arrecadação da **AGR**. A medida visa garantir, ainda, a efetividade dos meios de cobrança, bem como possibilitar a regularização do passivo fiscal pelos devedores.

A iniciativa se dá em decorrência do impacto ocasionado pela pandemia de covid-19 sobre todos os setores, especialmente os do transporte e do turismo, que tiveram afetados o equilíbrio financeiro. "Tal fato provocou substancial queda na arrecadação da **AGR** e, conseqüentemente, o aumento da inadimplência dos seus créditos a receber", frisa o segundo parágrafo da proposição.

As medidas deverão abranger o crédito tributário, cujo valor atualizado até a data da adesão for igual ou inferior a R\$ 25,5 mil, e o não tributário, de qualquer valor, correspondentes ao fato gerador ou à prática da infração ocorrida até a data da publicação do ato normativo. Como parâmetro, a proposta pontua que **AGR** utilizou a previsão da alínea "a" do inciso I do art. 2º da Lei nº 16.0771, de 11 de julho de 2007, que diz ser facultativa a cobrança judicial dos créditos da Fazenda Pública estadual inscritos em dívida ativa, cujo montante seja igual ou inferior a R\$ 25,5 mil.

Nesse contexto, compreenderão para os não tributários: redução em 100% do valor dos juros de mora; redução de até 98% do valor de multa moratória e atualização monetária; redução de 30% do valor das multas formais; e pagamento à vista ou parcelado dos débitos remanescentes. Já para os créditos tributários, as propostas são a redução de 100% do valor dos juros de mora, redução de até 98% do valor da multa moratória e atualização monetária e possibilidade de pagamento à vista ou parcelado.

O impacto total relativo à despesa do processo perfaz o montante estimado de R\$ 56.693.073,63, sendo o valor de R\$ 4.361.005,68 para o exercício 2021, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2022, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2023 e R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2024.

Regularização de parques

Já o projeto de lei nº 8279/21, que também pode ser votado em definitivo hoje, autoriza a abertura de crédito especial até o valor de R\$ 9.986.445,85 ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema). O recurso é destinado à regularização fundiária dos parques estaduais de Terra Ronca (PETeR), dos Pireneus (PEPi) e da Serra de Jaraguá (PESJ).

O objetivo da propositura é suportar as despesas referentes à aquisição de terras desapropriadas nos referidos parques estaduais. Em justificativa à iniciativa, a Secretaria de Estado da Economia informou que a regularização fundiária faz parte dos procedimentos necessários à implementação dos parques estaduais, conforme o parágrafo 1º do artigo 111 da Lei Estadual nº 14.247, de 29 de julho de 2002, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de **Goiás**.

A pasta ressaltou, ainda, que os recursos a serem utilizados para a aquisição de terras são provenientes

de compensação ambiental, nos termos permissivos do artigo 352 da Lei Estadual nº 14.247, de 2002.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 11, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: <https://www.gazetaplay.com.br/sessao-nesta-5a-feira-sera-as-10h/>

2º Dia do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas - II Citc

2º Dia do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas - II Citc

Iniciamos neste momento o segundo dia de atividades do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, evento realizado pelas instituições: Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, Instituto Rui Barbosa - IRB, **TCE-PB**, ABRACOM, Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas - Audicon, e **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** - CNPTC.

Agradecemos aos Patrocinadores do evento Sebrae Nacional, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Codata, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, da Editora Fórum e da MBA Parcerias Público-Privadas e Concessões.

Rendemos homenagens a todos que participaram da construção dos Anais deste Congresso. Como tradição da Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas, durante os Congressos Internacionais, o IRB abre chamadas para trabalhos científicos com o objetivo de ampliar o debate e o aprofundamento científico nas áreas de atuação do controle externo.

Para o II Citc, doze trabalhos foram selecionados e apresentados, ampliando o conhecimento técnico nas temáticas de auditoria, obras públicas, indicadores de gestão, políticas públicas, ferramentas de fiscalização, inovação, licitações públicas, sustentabilidade e orçamento público.

O Presidente do Instituto Rui Barbosa Ivan Bonilha, o Vice presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, **Conselheiro** Inaldo da Paixão Santos Araújo e o Presidente do Comitê de Gestão da Informação e Vice Presidente de Auditoria do IRB, cons. Edilberto Pontes Lima, responsáveis pela realização dos anais.

Este trabalho não seria possível sem a participação dos professores avaliadores que foram projetados na tela do evento, que, neste ato foi representado pelo Professor Gleison Diniz.

A equipe técnica da presidência e das vices presidências que operacionalizaram a realização de mais uma edição dos anais deste Congresso, Danilo Bastos (**TCE-BA**), Cristina Moura (**TCE-BA**), Denilze

Sacramento (**TCE-BA**), Gleison Mendonça Diniz (**TCE-CE**), Nilton Felício Flores (colaborador IRB), Crislayne Cavalcante (coordenadora do IRB) que, neste momento, são representados pelas servidoras Sandra Regina Durau Rodrigues e Denilze Alencar Sacramento.

A íntegra das apresentações dos trabalhos podem ser acessadas no site do IRB, no menu ensino, videoteca. e, o ebook dos anais será disponibilizado em breve também no site.

Após teve o lançamento da 5ª Edição da Revista Técnica dos Tribunais de Contas RTCC. A Revista Técnica dos Tribunais de Contas tem como tema "Tendências e perspectivas do controle externo: um olhar para o futuro", com questões afetas ao controle externo, tais como: auditoria e controle, dados informação e conhecimento, desenvolvimento gerencial, educação e docência, gestão estratégica, gestão de pessoas, gestão de políticas públicas, governança e gestão de riscos, governo digital e transparência, inovação, logística e compras públicas, orçamento e finanças, políticas públicas setoriais, tecnologia da informação, transferências voluntárias, ética e cidadania, reflexos da pandemia da covid-19.

O **Conselheiro** Inaldo Araújo fala sobre a Revista Técnica dos Tribunais de Contas no vídeo abaixo :

O **conselheiro** Inaldo entregou um exemplar da Revista Técnica aos palestrantes e mediador do painel. Foram rendidos agradecimentos à todos autores que enviaram seus trabalhos à revista, aos professores avaliadores cadastrados no banco de avaliadores do IRB e que aceitaram a análise dos trabalhos e à equipe técnica que conduziu todo o processo. Foi entregue no palco um exemplar da Revista Técnica dos Tribunais de Contas aos palestrantes do próximo painel.

Na sequência o **Conselheiro** Manoel Pires Presidente do Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo entregou a medalha de Mérito Rui Barbosa ao Vice presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, **Conselheiro** Inaldo da Paixão Santos Araújo.

A 5ª Edição da Revista Técnica dos Tribunais de Contas pode ser acessada em : <https://irbcontas.org.br/biblioteca-colecao/rtcc/>

Na sequência iniciou o Painel 1 do Congresso Internacional de Controle de Políticas Públicas - Rumo a 2030 - novos horizontes do desenvolvimento sustentável e a fiscalização dos tribunais de contas.

Subiram ao palco o mediador deste painel, **conselheiro** João Antonio da Silva Filho - TCM-SP e os palestrantes: Virtualmente - Dra. Leva Lazareviciute - assessora de desenvolvimento territorial, ODS e Cooperação Descentralizada - PNUD, virtualmente - Dr. André Rosilho - coordenador do observatório do TCU, da FGV Direito SP e presencialmente - Dr. Carlos Alexandre Nascimento - Diretor de Programas da Ise Custom Programmes e coordenador geral do Mba PPP e Concessões.

A primeira palestra foi conduzida pela Leva Lazareviciute, assessora do PNUD no Brasil, que destacou a necessidade de colocar a Agenda 2030 nos contextos locais e territoriais específicos, o que é especialmente importante para os Tribunais de Contas brasileiros que trabalham em um contexto de governança multinível dada a estrutura federativa nacional.

Em seguida, André Rosilho, professor da FGV e integrante do Observatório do TCU, falou da necessidade dos Tribunais de Contas incorporarem a Agenda 2030 nas suas fiscalizações.

Por fim, Carlos Alexandre Nascimento, coordenador do MBA PPP e Concessões, ressaltou a necessidade do controle externo ter um olhar sobre as PPPs e as Concessões como instrumentos de consecução de políticas públicas, que precisam ser colocadas em perspectiva com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Ainda na parte da manhã tivemos o lançamento de dois produtos frutos da parceria entre o IRB e a Editora Fórum. Neste ano de 2021, a parceria lança o livro digital "A Lei Complementar n. 173/2020 e seus desafios", que é fruto do Ciclo de Debates sobre a Lei Complementar n. 173/2020 realizado pelo IRB e **TCE-RS** e, tendo sido coordenado por Leandro Menezes Rodrigues, auditor do **TCE-PR** e assessor técnico do IRB na Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais - CTCONF, e Crislayne Cavalcante, auditora do **TCE-PR** e Coordenadora do IRB e com o Prefácio do Presidente do IRB e Apresentação do Presidente do **TCE-RS** Estilac Martins Rodrigues Xavier .

A obra é composta de artigos dos palestrantes do ciclo de debates e traz um aprofundamento das questões práticas e desafios enfrentados na aplicação da lei projetar relação dos títulos e autores do livro digital.

Para acessar o livro, entre na página do IRB, no menu ensino, na opção biblioteca ou Clique **AQUI**

À todos que participaram desta obra, nossos mais sinceros e profundos agradecimentos!

Também foi realizado ainda o lançamento do 4º volume do livro da Coleção IRB-Fórum. O Vice presidente de Auditoria do IRB, o **conselheiro** do **TCE-CE**, Edilberto Carlos Pontes Lima que é o coordenador desta obra. O livro faz parte da coleção IRB-Fórum que tem o objetivo de aproximar o mundo acadêmico dos tribunais de contas.

Nas duas primeiras edições da coleção, dois renomados professores foram convidados a refletir o papel do controle externo brasileiro projetar imagens das duas primeiras edições da coleção IRB-Fórum. Em 2019, a terceira edição da coleção trouxe a visão dos membros das cortes em relação aos "Tribunais do Século XXI".

A coleção já se consagrou como importante referência técnica sobre os Tribunais de Contas Brasileiros que, inclusive, foi citada em decisão recente do Supremo Tribunal Federal.

E, neste ano de 2021, é lançado seu 4º volume do Livro da Coleção IRB-Fórum com o título "Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do controle" .

Foi chamado ao palco para falar sobre a obra o coordenador, Edilberto Pontes e durante o intervalo do período da tarde, às 15:30, no estande da editora fórum, será realizada a sessão de autógrafos. O livro também encontra-se disponível na biblioteca do IRB em <https://irbcontas.org.br/biblioteca-colecao/irb-forum/>

O início ao painel 2 do Congresso Internacional de Controle de Políticas Públicas - teve como tema "Modernização e aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas na Fiscalização de Políticas Públicas".

Foram chamado ao palco o mediador deste painel, Dr. Edgar Guimarães - do Instituto Paranaense de Direito Administrativo e os palestrantes: virtualmente - **conselheiro** Felipe Puccioni - TCM-RJ, virtualmente - prof. André Lino - University of Essex (Londres), virtualmente - prof. Ricardo Azevedo- Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

A palestra trouxe a seguinte discussão o mundo em transformação e as readequações constantes do papel do estado na economia e na sociedade, os tribunais de contas não podem ficar alheios à necessidade de se modernizarem, sob a pena de ficarem anacrônicos. assim, a busca contínua pelo aperfeiçoamento

institucional e adequação às melhores práticas nacionais e internacionais deve ser um objetivo permanente dos tribunais de contas brasileiros. a adoção das NBASP (normas brasileiras de auditoria do setor público) e a observação dos seus princípios nos trabalhos de controle externo é um passo fundamental neste sentido, mas não é o único. por isso, todos os painéis de discussão do II Citc foram pensados para ajudar os tribunais de contas a analisarem este mundo em transformação e encontrarem os melhores caminhos para o seu aperfeiçoamento.

Antes de iniciar o painel relativo à agenda do controle externo sob o ponto de vista das entidades representativas do sistema tribunais de contas, convidamos a todos os presentes e participantes online para assistirem ao vídeo de lançamento das diretrizes nacionais do teletrabalho.

Painel agenda do controle externo - ações das entidades

Foram repassados os vídeos das Instituições.

A seguir foram convidados para subir ao palco o mediador, jornalista Marco Antonio Sabino e os presidentes das entidades: pela Atricon - **conselheiro** Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, o **Conselheiro** Sebastião Helvécio Ramos de Castro, representando o IRB, pelo CNPTC, **Conselheiro** Joaquim Alves de Castro Neto, pela Audicon, ministro Marcos Bemquerer Costa, foi convidado também para estar conosco o **conselheiro** Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto - **TCE-MT**, representando os ex-conselheiros da Atricon.

Na sequência haverá a homenagem aos presidentes das entidades. Pelos relevantes trabalhos que cada um dos painelistas, enquanto presidentes de suas entidades, desempenhados pelo programa de ressocialização do projeto castelo de bonecas e com produtos regionais.

A tarde segue ainda com a sessão de autógrafos dos livros: "O Tribunal de Contas e proteção do patrimônio cultural" , de autoria de Izabel Vicente Izidoro da Nóbrega e dos " Tribunais de Contas, a Pandemia e o futuro do controle ", Edilberto Carlos Pontes Lima.

Nos trabalhos após o intervalo dando continuidade aos trabalhos desta tarde, será apresentado o painel da Audicon - com o tema "O controle externo e os ODS".

O painel da Audicon foi mediado pela **conselheira** substituta Daniela Zago Gonçalves da Cunda - **TCE-RS**

Palestrantes: **Conselheira** substituta Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho - **TCE-GO**, Cons. substituto Carlos Maurício Figueiredo-**TCE-PE**- agência internacional de cooperação alemã

virtualmente - pela procuradora de contas Elida Graziane Pinto - MPC-SP

Para encerrar as atividades do dia O Coral do Tribunal de Contas da Paraíba fará uma apresentação. Foi criado em 1998, o coral do **Tribunal de Contas do Estado** da Paraíba tem como missão promover o bem estar físico e mental de seus integrantes, proporcionando-lhes melhoria da qualidade de vida e uma maior integração/cooperação entre os colegas de trabalho.

Site: <https://irbcontas.org.br/2-o-dia-do-congresso-internacional-dos-tribunais-de-contas-ii-citc/>